

Raça, nação e pátria

A espanholidade em movimento

Race, Nation and Patria

Spanishness in Motion

JULIAN ABASCAL SGUIZZARDI BILBAO¹

<https://orcid.org/0000-0002-1964-6181>

¹ Programa de Pós-Graduação em História

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária,

São Paulo, SP, 05.508-900, Brasil

julianbilbao25@gmail.com

Obra resenhada:

FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University press, 2017. 367p.

O livro *Speaking of Spain* de Antonio Feros se insere em um contexto historiográfico no qual o pretensão vínculo entre o estabelecimento de um Estado-nação e a união dinástica das Coroas de Castela e Aragão (1479) já fora pertinentemente criticado por autores como Vicens Vives (1960), John Elliott (2010; 2018) e Bartolomé Clavero (1981). Após o impacto dessa crítica, as relações entre nação, pátria — e também raça — passaram a ser entendidas como não-evidentes e tornaram-se matéria de amplo debate.

O principal objetivo do livro é discutir os deslocamentos semânticos e controvérsias em torno dos conceitos de raça, nação e pátria entre

Recebido: 28 jun. 2019 | Revisto pelo autor: 26 jul. 2019 | Aprovado: 13 ago. 2019

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000300012>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, p. 965-969, set/dez 2019



o século XVI e princípio do XIX no contexto imperial hispânico. No que diz respeito às fontes, o autor recolhe narrativas variadas (crônicas, discursos, tratados e legislação) que desenvolveram à sua maneira os supracitados conceitos dentro do recorte estipulado, privilegiando os discursos próprios dos “espanhóis” (Feros, 2017, p.11).

A despeito das dificuldades impostas pela amplitude do arco espaço-temporal, a problemática é clara e o autor realiza um trabalho historiográfico pertinente. A leitura é fluída, sendo relevante tanto para especialistas, quanto para um público mais amplo. Inclusive, poderia ser adotado como ponto de partida para a aproximação da história do Império Hispânico pelo público brasileiro. O livro é de interesse para aqueles que estudam História Ibérica, mas também, para os que se dedicam a assuntos relacionados à América Colonial e à independência da América, pois demonstra como a estrutura das sociedades coloniais ensejaram questões acerca da significação da espanholidade (Spanishness).

Como o texto cobre um amplo recorte, a bibliografia utilizada é igualmente vasta. Em um primeiro momento, poderíamos destacar o diálogo com Tamar Herzog (2003), Pablo Fernández Albaladejo (2007) e Mateo Ballester Rodríguez (2010), autores que trabalham as complexas relações entre escalas identitárias no contexto hispânico. É interessante o destaque de Feros para as relações de tensão entre a Catalunha e a Monarquia, apontando para comparações com os conflitos no seio da monarquia britânica moderna. No ano seguinte a *Speaking of Spain*, Elliott publicou *Scots and Catalans* (2018), que discutiu muitas das questões levantadas pelo livro em questão.

Nos quatro primeiros capítulos, Feros aborda a relação entre nação, raça e pátria nos séculos XVI & XVII. O contexto inicial é o da Espanha de Isabel e Fernando — marcada pela conquista de Granada, pela expulsão dos Judeus e pelo início da exploração colonial — havendo um impulso para a criação político-discursiva de uma comunidade monárquica exclusivamente católica. Nesse quadro, eruditos formularam ideias acerca da história e da concepção de Espanha e espanholidade. O sentimento de lealdade ao local de nascimento, ou seja, à pátria (Catalunha, Biscaia, Andaluzia, etc) e a pluralidade jurídica das diversas partes da

Monarquia desestabilizavam a ideia de nação como um conjunto unitário de língua, leis e povo (Feros, 2017, p.48). Apesar disso, havia um esforço para pensar o que existia de comum aos espanhóis: constituiu-se a ideia de que estavam ligados pela descendência cristã antiga, cujo patriarca era um dos netos de Noé, Tubal (considerando a narrativa bíblica de que toda humanidade proviria de sua linhagem após o dilúvio). Em uma sociedade em que havia sujeitos recentemente convertidos ao catolicismo, cuja ascendência era judaica e muçulmana, a construção de uma identidade baseada na antiguidade cristã era um fator de exclusão das chamadas linhagens conversas (que não poderiam assumir determinados cargos administrativos e religiosos), portanto criava-se a ideia de uma “pureza de sangue” dos cristãos velhos.

Outro problema em voga nos séculos XVI e XVII está evidenciado no seguinte trecho: “Eram os descendentes de espanhóis, estabelecidos em regiões não-europeias, especialmente nas Américas, espanhóis genuínos?” (Feros, 2017, p.65).¹ O debate, originado desta indagação, girava em torno de alguns eixos centrais: qual o impacto do clima no caráter dos espanhóis nascidos na América [*criollos*]? Quais eram os efeitos da mistura “sanguínea” entre os descendentes de europeus, os nativos e os africanos na colônia? Nesse sentido, Feros excede a discussão da *limpieza de sangre* no contexto peninsular, traçando pontes com os territórios do ultramar, enfatizando como a realidade colonial também compôs esse campo problemático.

Os quatro últimos capítulos discutem as relações entre nação, raça e pátria ao longo do século XVIII e início do XIX. Nesse momento, a sociedade hispânica sofreu transformações causadas pela guerra de sucessão do início do século XVIII, levando ao trono a casa Bourbon. Os monarcas dessa dinastia possuíam um projeto de enfraquecimento das instituições regionais, especialmente no que diz respeito às regiões historicamente pertencentes à Coroa de Aragão. Nesse quadro, intelectuais reforçam que a lealdade deveria ser endereçada à pátria comum

1 No original: “Were the descendants of Spaniards who settled in non-European regions, and specially Americas, genuine Spaniards?”

(Espanha) e não às pátrias locais. Isso indica um movimento tendencial ao longo do século XVIII de coincidência entre o conceito de pátria e nação, uma novidade no campo semântico.

Na Europa, surgiam novas teorias de hierarquização racial, e os espanhóis passavam a ser diretamente questionados sobre a histórica presença de judeus e muçulmanos em seu território, colocando em xeque seu pertencimento à raça “branca”. A visão de decadência do Império Hispânico era muito difundida, por isso os peninsulares formularam discursos de diferenciação entre eles e os *criollos*, sobre os quais pairava a suspeita de misturas consideradas espúrias com indígenas e africanos escravizados. As bases discursivas da *limpieza de sangre*, constituída por meio da elisão de hibridações étnicas, são ressignificadas no contexto do “racismo científico” para reforçar hierarquias. Alguns peninsulares apostaram no “melhoramento” das populações nativas e africanas pelo branqueamento, discurso rechaçado, via de regra, pelos *criollos*, os quais visavam afirmar sua posição social através de uma aparência europeizada — esses debates implicaram fissuras na noção de espanholidade.

O livro fecha com a emergência da Constituição liberal de Cádiz (1812) no contexto pós napoleônico. Nesse momento, houve um direcionamento para a construção de um Estado-nação espanhol que substituiria o sistema imperial de outrora: “A força de ligação entre os habitantes da Monarquia Hispânica deixaria de ser a partilha de uma mesma linhagem ou da mesma raça, e passaria a ser uma paixão compartilhada por sua nação e pátria” (Feros, 2017, p.252).² Nesse sentido, houve um esforço para a inclusão dos territórios americanos, entretanto, durante as sessões das cortes, os *criollos* se sentiram marginalizados pelos peninsulares. Cabe notar a tentativa de integração dos indígenas como cidadãos, o que, segundo o autor, foi feito com o intuito de marcar o sucesso de sua assimilação pelo processo de colonização. Já os descendentes de africanos livres, foram considerados espanhóis, mas não cidadãos de pleno direito (conforme o artigo 22 de Cádiz).

2 No original: “The binding force for inhabitants of the Spanish monarchy would no longer be membership in the same lineage or the same race but a shared passion for one’s nation and patria.”

Speaking of Spain é uma leitura altamente recomendada, levando em conta as bem-sucedidas articulações entre a realidade peninsular e colonial. O autor cumpre com seu objetivo de estudar os deslocamentos dos conceitos de nação, raça e pátria entre os séculos XVI e XIX, demonstrando sua relação intrínseca com as mudanças político-sociais no Império Hispânico ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *La identidad española en la edad moderna* (1556-1665): discursos, símbolos y mitos. Madrid: Tecnos, 2010.
- CLAVERO, Bartolomé. Institución Política y Derecho: acerca del Concepto Historiográfico de 'Estado Moderno'. *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, n. 19, Enero-Febrero, 1981.
- ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas. In: ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar* [1500-1800]. Madrid: Taurus, 2010.
- ELLIOTT, John. *Scots and Catalans: Union and Disunion*. New Haven: Yale University Press, 2018.
- FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- HERZOG, Tamar. *Defining Nations: Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- VICENS VIVES, Jaume. A estrutura administrativa e estadual nos séculos XVI e XVII (Extraído de XIe Congrès des Sciences Historiques, 1960. Rapports IV: Histoire Moderne, Stockholm, Almqvisq & Wiskell, 1960, p.1-24). In: HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1960], 1984.